Nem doente, nem normal: a loucura em *O louco do Cati*

Cleber Eduardo Karls*

Resumo: Para este texto pretendemos abordar alguns aspectos contidos em uma das obras literárias de Dyonélio Machado, *O Louco do Cati*. Médico psiquiatra, político e escritor, publica pela primeira vez o romance em 1942. Pela sua ficção apresentaremos questões que permeiam seu cotidiano e que são representadas no seu livro. Abordaremos, principalmente, as características pertinentes ao personagem principal, ou seja, 'o louco', e as distinções que nos permitem apontá-lo como um duplo excluído: tanto na sociedade do início do século XX, influenciada pelo pensamento médico bio-determinista e ao mesmo tempo pela medicina, que não legitimava o personagem como um indivíduo doente.

Abstract: This essay intends to cover some aspects of one of the books by Dyonélio Machado, *O Louco do Cati* (*The Crazy of Cati*). Psychiatrist, politician and writer, the author published the novel for the first time in 1942. By means of his work, we will introduce questions which represent his everyday life and are depicted in his book. We will approach, firstly, the pertinent characteristics of his main character, "the crazy", and the distinctions that allow us to determine him as someone who is twice excluded: not only by the society of the beginning of the 20th century, influenced by the bio-deterministic medical thought, but also by the medicine, which did not legitimize the character as a sick individual.

Palavras-Chave: loucura; crime; Dyonélio Machado

Keywords: craziness; crime; Dyonélio Machado

A loucura, assim como a medicina e a literatura, confunde-se com a própria vida do escritor, médico psiquiatra e político gaúcho Dyonélio Machado¹. Para este texto pretendemos expor alguns aspectos contidos em uma das suas obras literárias, *O Louco do Cati*. Pela sua

* Mestrando

¹ Dyonélio Tubino Machado, nasceu a 21 de agosto de 1895 na cidade de Quaraí, interior do Rio Grande do Sul e fronteira do país com o Uruguai. Dyonélio, ao longo da sua carreira tornou-se um médico respeitado, tanto pela sua produção intelectual (medicina e literatura) quanto pela sua atuação política. Viveu sua infância, até os 12 anos na sua cidade natal. Somente na adolescência é que se transfere para a capital do Rio Grande do Sul, termina seus estudos, e inicia sua carreira como funcionário público e mais tarde como médico. A sua principal profissão, que será a medicina, exercida por mais de 30 anos, teve início bem mais tarde, quando este já se encontrava em Porto Alegre. A sua primeira tentativa de ingresso na faculdade de medicina em 1913, com apenas 18 anos, não teve êxito. Por um período Dyonélio desistiu dos estudos, tornou-se chefe de família e funcionário de repartição pública. No entanto, por pedido de sua esposa, retomou os estudos, principalmente os que se referiam aos preparatórios de latim, requisito importante para a prestação do concurso vestibular. O então funcionário público consegue aprovação e é admitido na Faculdade de Medicina e forma-se em 1929, então com 34 anos (MACHADO, 1995, p. 9-10). Machado, no entanto, no seu quinto ano de medicina, fez concurso e foi nomeado para o Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde trabalhou por 30 anos, como psiquiatra e diretor. Depois de formado, mesmo dedicado à nova e absorvente profissão, continuou a escrever e publicar contos, críticas, ensaios (GRAWUNDER, 1990, p. VI). Foi em 1930, que Dyonélio transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde por dois anos especializou-se em psiquiatria e neurologia, até mesmo para a implantação deste ramo da medicina no Rio Grande do Sul. Relativamente nova no estado, esta especialização ainda era um pouco escassa entre os médicos locais: dois ou três em 1929, como revela Dyonélio (MACHADO, 1995, p. 10).

ficção apresentaremos questões que permeiam seu cotidiano e que são representadas no seu livro. Abordando, principalmente, as características pertinentes ao personagem principal, ou seja, ‘o louco’, e as distinções que nos permitem apontá-lo como um duplo excluído: tanto na sociedade do início do século XX, carregada pelo pensamento médico bio-determinista, como pela medicina, que não via no personagem um indivíduo doente. Para isso é necessário analisarmos um pouco o contexto científico da época e do próprio autor que propiciam com que tenhamos um melhor entendimento das premissas que nos permitem fazer estes apontamentos.

Nesta obra, Dyonélio trabalha com a história de um personagem anônimo, que quase não fala, sem origem nem destino, e que durante a trama sofre na prisão e na liberdade. Tanto pelas suas características físicas como pelo seu comportamento, seu nome será simplesmente o ‘louco’ ou o ‘Louco do Cati’. Um personagem traumatizado de alguma maneira com o Cati, que era um quartel localizado entre os municípios de Quaraí e Livramento, situados no interior do Rio Grande do Sul na fronteira com o Uruguai. Construído para abrigar as forças governistas logo após o término da Revolução de 1893, o aquartelamento ficou famoso pelas atrocidades que eram cometidas no seu interior, principalmente as degolas. Para Ivo Caggiani, Cati é um nome indígena que significa ‘mato branco’ (caá, mato + ting, branco). O arroio Cati nasce na coxilha Japejú, próximo ao cerro das Catacumbas e lança-se no Quaraí, quinze quilômetros a oeste do passo do Ricardinho, depois de um curso de aproximadamente quarenta quilômetros (1988, p. 56).

Em *O Louco do Cati*, percebemos o personagem principal como um sujeito reconhecido pela maioria das pessoas como um demente ou um criminoso. É esta visão da população em geral que o caracteriza em todo o romance. Estes seus sinais, reconhecíveis ao olhar dos ‘outros’ é que fazem com que ele seja considerado um diferente, conseqüentemente um desconhecido, ou seja, um estigmatizado, como destaca Goffman:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente dos outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. (1988, p. 12)

Durante toda a trama, o anônimo passa a ser classificado pelas pessoas com as quais convive ou por onde transita como um diferente e potencial criminoso e violento. É um ser

que não é bem visto pelos olhos dos ‘normais’. É um ‘anormal’², um homem de aparência e hábitos diferenciados que logo o torna o centro das atenções: “Risos. Conversinhas em tom baixo. Olhares. Mas sobretudo muita curiosidade por aquele homem e pelo seu chapéu” (MACHADO, 2003, p. 14). Até mesmo para o grupo que o incorporara no início da trama ele foi prontamente identificado como um louco, aquele não enquadrável aos parâmetros socialmente aceitáveis. Fora incluído de certa forma, quando passou a fazer parte da turma dos jovens viajantes, ao mesmo tempo que era reconhecido como um não pertencente àquele meio social, mesmo na função de companheiro temporário:

- Este sujeito é meio louco.

E se não o era, possuía todo o jeito. Mas isso não tinha importância. Era tocar para frente. – E Norberto (o rapaz ruivo) apressou os companheiros, de maneira a que pudessem largar o quanto antes. (MACHADO, 2003, p. 17)

Toda sua viagem é entremeada de conclusões por parte da população por onde os errantes se aventuravam. Alemãzinhas que o serviam e que não tiravam os olhos do louco ficavam a o espiar, curiosas com o seu jeito (MACHADO, 2003, p. 195). O preconceito perante o diferente fazia do ‘Cati’ um ser cada vez mais rotulado. A partir da sua aparência e dos seus hábitos, a ‘doença’, que para a sociedade era inegável, aparecia viva no discurso do livro de Dyonélio:

A mulher reuniu no outro dia as crianças, assim que se lavaram:

- Não andem muito perto desse homem que veio com o Geraldo.

- Por quê?

- Ele é louco, mãe?

(Falava-se simultaneamente)

- Não... (Ela escolhia o que dizer.) ...Louco, não... Mas a mamãe tem medo... (Pôs um olhar sonhador ao longe...) Já sabem... Agora, vão tomar o café.

- Mãe, como é o nome dele?

Havendo-se informado, as crianças abalaram. Tinham vontade e medo de verem o homem, - sentado possivelmente a mesa, tomando o café. (MACHADO, 2003, p. 200)

Com efeito, podemos identificar estas questões, também, como fruto de um contexto científico da época. A ciência do período é uma questão interessante a ser analisada, pois demonstra a conjuntura intelectual no qual o escritor se encontrava. Os conceitos de loucura e crime, com o cientificismo característico do final do século XIX, ganharam uma nova roupagem e um novo conceito que transgrediram a moral e a questão social e se colocaram em um outro patamar. As teorias bio-deterministas, desenvolvidas a partir do darwinismo, influenciaram o surgimento de novas especializações propostas a rotularem biologicamente o

² A ‘anormalidade’ pelo ponto de vista que definimos aqui, apresenta-se como a descaracterização de um modelo tido como ‘ideal’. É um indivíduo a corrigir, a enquadrar-se, ou ainda o patologicamente definido como ‘delinquente’ ou desprovido de moral. Mais especificamente, o ‘louco’ e o ‘criminoso’. Para Michel Foucault, grosso modo, a anormalidade busca perscrutar a genealogia da figura do anormal, de quem seria esse ‘monstro cotidiano’, bem como o aparato normalizador em torno dele construído. Sobre a anormalidade, ver FOUCAULT, 1997. p. 59-68.

homem. A antropologia criminal, o antropometrismo, a eugenia e a própria psiquiatria são exemplos desta época que passa a classificar o ser humano de acordo com as suas características físicas. Surge, portanto, a loucura como um desvio das características ‘normais’ do ser humano, como uma doença a ser tratada pela nova ciência. Ao mesmo tempo, o criminoso deixa de ser um fruto social e é encarado como um degenerado biológico. Um ser que pode ser caracterizado fisicamente e identificado como tal. O nosso personagem se encaixa justamente neste entrecho, pois é rotulado a partir das suas diferenças físicas como um doente. A sua ‘originalidade’ o condena ao preconceito da sociedade. A sua imprevisibilidade o coloca em um estágio de profunda suspeita. O simples fato de não ser um normal o destaca: é um louco.

É justamente com as novas teorias européias acerca do homem que a ciência nacional se identifica. Os novos pensamentos ganham corpo e começam a influenciar o a intelectualidade além-mar. A medicina agora teria o poder da legitimação desta ‘anormalidade’. Através do seu conhecimento, o médico torna-se o responsável por definir o elemento saudável na sociedade, assim como aquele que deve ser tratado ou eliminado do convívio social. Utilizando-se da sua ciência, os ‘doutores’ tornam-se elementos políticos importantes. Foucault destaca que

(...) essa exaltação se produz numa época em que o poder médico encontra suas garantias e suas justificações nos privilégios do conhecimento: o médico é competente, o médico conhece as doenças e os doentes, detém um saber científico, que é do mesmo tipo que o do químico e o do biólogo: eis o que fundamenta, agora, a sua intervenção e a sua decisão. (FOUCAULT, 1997, p. 50)

Dyonélio, como um médico/escritor, trata desta questão na sua obra. O ‘louco’ é um renegado social, visto como um demente, mas também é tratado pelo conhecimento legitimado pela ciência, a medicina. Na sua exclusão social, que o identificava como um sujeito indesejável e potencialmente violento, a sua doença era clara, o que não se confirmou perante a ciência. O sujeito anônimo é preso e submetido ao saber responsável pela sua classificação como delinquente ou não, como doente ou são. No romance, foi pela ocasião da sua prisão no Rio de Janeiro que um criterioso exame médico foi conferido ao enclausurado:

O doente era um sujeito magro, encurvado, o queixo meio pendente, a cabeça insegura. Ele quis ver quem entrava. Tentou dirigir o olhar para os lados de Norberto: a cabeça descreveu uma série de movimentos parciais, incompletos, que nem chegavam a inteirar um quarto de círculo. Os seus olhos parados ficavam contemplando o recém-chegado. Uma mosca pousara numa de suas pálpebras. O homem ou não dava por ela ou não tinha forças para afugentá-la. A mulher (que o acompanhava) avançou um passo. Abanou uma peça de roupa junto a face do doente. Nessa altura, não havia ali no quadro mais nenhum “sistema” que pudesse estar comprometido. Largou o giz, bateu levemente as mãos para tirar-lhes um pouco daquela poeira branca. Afagou indiferentemente o **ombro ossudo do pobre-diabo**, enquanto concluía, voltado para a assistência: - **Não tem nada, em suma.** Ao circunvagor o olhar, para receber o olhar da “escola”, muito visível na expressão fisionômica de cada um, esbarrou com

a cara de Norberto. Este era um leigo e, portanto, estranho à influência de sua “magia”. (MACHADO, 2003, p. 121-2, grifos meus)

Dyonélio parece não se satisfazer com apenas uma negativa da medicina. Este personagem considerado por muitos como doente, perigoso, encontra novamente na ciência a sua absolvição. Desta vez, já livre da prisão e voltando para casa, ou pelo menos para o lugar que supostamente dera origem a sua saga. Visualmente, um médico, no barco no qual o maluco retornava do Rio de Janeiro com destino a Florianópolis, profere o seu diagnóstico:

Bem, mas mesmo assim – observou um – tudo isso ainda não explicava a atitude imprevista do homem. **Ele não seria um louco?**

O dr. Valério quis conhecer a opinião do comando.

– **Claro que é um louco. Por isso mesmo, já está encerrado no camarote.**

O diplomata – que já vira tanta coisa (menos no seu país, lógico, que ainda não conhecia) – nunca tivera oportunidade de apreciar uma loucura a bordo.

– **Mas o senhor acha que ele é louco, doutor?** – perguntou a asiática, com uma certa preocupação.

– Só examinando.

– **Como, doutor? Então um médico não pode dizer assim se um homem é louco ou não?**

– **É o único que não pode, minha senhora.**

Engraçado

O dr. Valério, todavia, recomendando que não esperassem nada dele em matéria de diagnóstico, pediu licença para ir conversar no camarote-prisão com o “homem do Cati”. (MACHADO, 2003, p. 186, grifos meus)

A certeza contida em todas denúncias contra o passageiro que assiste àquelas arguições são, de pronto, refutadas em duas oportunidades pelos personagens de Dyonélio. Neste sentido, o autor nos coloca a par de muitas de suas idéias acerca da sociedade e da própria medicina. Uma mescla de crítica e de experiências que o autor descreve na sua ficção.

Dyonélio escreve através do hibridismo entre medicina, política e arte *O Louco do Cati*. Conseqüentemente, nos parece que todos os ambientes freqüentados pelo ‘maluco’ lhes são hostis. Se destaca, com efeito, o local de maior representação das idéias modernas, progressistas para a época, a urbe. A cidade enquanto materialização da modernidade e de enquadramento de um padrão pré-definido tanto no ponto de vista da edificação/materialização proposta quanto da população que nela transita que não admite um ‘tipo’ que não pode se adaptar a essa exigência. É uma linguagem própria da urbanidade, que define o aceitável e o reprovável. Conforme Sandra Pesavento, neste período, “um novo imaginário urbano se construiu em torno da busca de uma cidade limpa, bonita e ordenada” (1999, p. 58). Uma beleza e ordenação que visava organizar não somente a parte física imóvel da urbe, mas também a sua população com padrões determinados de estética e conduta que poderiam ser denunciadores de algum desvio que inviabilizaria o convívio social de determinados sujeitos. Este imaginário do correto, cria o desejável e o indesejável, o padrão

permitido e o despadronizado que deve ser excluído o reformado. Um mundo que trabalha com a lógica perversa da não tolerância, como bem aponta Pesavento:

No léxico urbano que preside o delineamento do mundo da transgressão, é possível sempre surpreender práticas e atores excluídos, porque o vocabulário que os enuncia, tal como a ação também condenada que se quer coibir, nos induzem a resgatar outras normas, valores, necessidades e procedimentos que ocorrem com tanta frequência quanto aquelas desejáveis no mundo da ordem.

É ainda esta linguagem que define o *in* e o *out*, que enuncia, delimita e classifica a inclusão e a exclusão, que induz o olhar e pauta o comportamento. Tais representações sociais, expressas pelo discurso que dá conta aos espaços, atores e práticas, não são fruto apenas dos agentes de controle da *urbs* ou dos gestores da cidade. Sem dúvida que há uma linguagem culta, técnica, de elite, mas ela é intercambiável com a dos populares. Tal como não é possível pensar em limites ou realidades isoladas entre a chamada cultura popular e a erudita, também é possível ver que são tênues as fronteiras entre o mundo da ordem e o da contra-ordem, da cidade dos cidadãos diante da cidade dos excluídos (2001, p. 127).

Ao mesmo tempo em que não é admitido para o convívio social, esse sujeito também não pode ser identificado como um criminoso normal por não enquadrar-se em nenhum pressuposto criminal. Além da sua aparência diferente, nada mais poderia ser utilizado para denunciá-lo como um delinquente. Cabe aí um impasse, visto que o ‘Louco do Cati’ não tem as características ‘próprias’ de um criminoso e ao mesmo tempo se vê excluído de uma sociedade que não o absorve devido a sua incapacidade de adequação às normas sociais. A questão que coloca o louco como não tendo um local próprio é inerente a todo o percurso da sua saga. A loucura (vista pelo senso comum, é verdade) torna inimputável a sua condenação e ao mesmo tempo o seu enquadramento.

O ‘louco’ tem uma dupla exclusão. Se é um doente para as pessoas ‘comuns’ e não pode fazer parte do seu convívio social, passando a ser perseguido e identificado como tal, para a medicina é diferente. Para os doutos a anormalidade do personagem não era tão evidente assim. A ciência negava o que o senso comum atestava. A teoria que se dilatou até encontrar eco na população em geral pode ter sido interpretada de uma maneira diferente e criado o estigma do preconceito. O louco, no entanto, continuava não tendo lugar. Nem nas ruas, como uma pessoa comum, nem nos hospícios, como um doente mental. Com efeito, o que Dyonélio tenta nos transmitir é uma pessoa sem paradeiro, sem destino, identidade e lugar. Um ser não enquadrável e que não consegue posicionar-se frente ao preconceito que lhe é dispensado. Esse livro pode nos demonstrar, portanto, muito mais do que um ser inventado. A literatura nos representa, através do seu autor, um emaranhado de experiências e pensamentos que se materializaram através da sua ficção. É uma visão da sociedade da primeira metade do século XX que permite pensarmos o diferente como ‘o outro’. Aquele que não se encaixa na normalidade exigida, potencialmente estava predisposto às grades, tanto dos presídios como dos hospitais psiquiátricos.

Dyonélio, ao escrever sobre todo este conjunto de características do seu personagem, demonstra muito mais do que as marcas que denunciavam a possibilidade da doença mental, o autor expõe todo um contexto social de exclusão e de (pré)conceito acerca do diferente. A loucura assumiria um conceito extremamente amplo frente à sociedade e seria um sinônimo compatível aos mais diversos tipos de diferença que fariam com que automaticamente o sujeito fosse rotulado como um louco. A marcha desenfreada rumo a uma sociedade limpa e higiênica criaria estigmas que ficariam marcados perpetuamente naqueles que desta disciplinarização não desfrutassem.

Assim como para o autor, que denuncia que falar muito alto sobre as suas idéias poderia render-lhe a camisa de força (MACHADO, 1995, p. 28), da mesma forma o seu personagem é assim identificado, pois não corresponde aquilo que é tido como um aceitável. Ao contrário, o 'Seu Cati' caminha diferente, fala pouco, é traumatizado com um presídio político e tem hábitos que o fazem parecer um animal irracional. Nada mais natural, para o autor, do que ser marcado como um demente do início ao fim da trama. Um sujeito que é condenado, não por crimes cometidos, mas sim por não conseguir adequar-se a uma realidade exigida. Talvez a pior pena de todas, visto que o padecimento causado foi constante e permanente. O maior sofrimento do louco talvez nem fosse o seu trauma com o Cati, mas conseqüentemente o preconceito social fruto deste seu trauma que o transformava em um ser indesejável. Nesse ponto, Dyonélio consegue demonstrar claramente como a questão da anormalidade era um fator imprescindível para a aceitação social do indivíduo. Àqueles que não se enquadravam restava o desdém dos demais.

Referências

- CAGGIANI, Ivo. *João Francisco: A Hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GRAWUNDER, Maria Zenilda. *O escritor que depõe*. In: MACHADO, Dyonélio. *Memórias de Um Pobre Homem*. Porto Alegre: Editora Instituto Estadual do Livro, 1990.
- MACHADO, Dyonélio. *O cheiro de coisa viva*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.

_____. *O Louco do Cati*. 5 ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.